

Saúde coletiva e SUS na encruzilhada do Cerrado

Guilherme Franco Netto¹, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato², Valéria Gonçalves da Vinha³, Aline do Monte Gurgel⁴

DOI: 10.1590/2358-28982026E2AP-P

O CERRADO É O BIOMA MAIS AMEAÇADO DO BRASIL, E SEU FUTURO É INCERTO, considerando o intenso processo de degradação que, se não revertido, culminará na perda de sua sociobiodiversidade. “Restariam apenas pequenas ilhas, com baixa capacidade de resiliência diante das mudanças ambientais globais. No cenário positivo, com base nos dados de restauração”¹ disponíveis, se os processos de degradação em curso forem suspensos e caso as estratégias de recuperação sejam implementadas, será possível observar algumas melhorias em 30 ou 40 anos. “Mas, antes de restaurar, é essencial que consigamos preservar o que ainda temos”¹.

Os processos de globalização da economia, a expansão e a incorporação de tecnologias externas nas cadeias produtivas intervêm impositivamente nos territórios, causando impactos diversos na vida das populações, no ambiente, na cultura e nas suas formas de organização. Baseados em tecnologias de exploração intensiva da natureza e da força de trabalho, esses processos geram desigualdades e injustiças socioambientais que impactam de forma mais explícita territórios e grupos sociais historicamente oprimidos: povos indígenas, comunidades tradicionais e moradores de periferias urbanas. A iniquidade é um elemento central do sistema econômico mundial que se alimenta da exploração dos territórios, gerando estados variados de ecocídio dos biomas, como é o caso do anunciado colapso do Cerrado.

Os vetores concorrentes que determinam a ameaça à vida nos Cerrados são: a expansão em escala sem precedentes do uso da terra para monoculturas, exploração mineral, sequestro hídrico e projetos de infraestrutura em detrimento do direito à titularidade da terra para os povos originários e as comunidades tradicionais; o estresse hídrico ocasionado por esses empreendimentos; a destruição massiva e intensiva da flora e da fauna; a insegurança alimentar e a violência social disseminada por essa ruptura. O Cerrado é considerado um *hotspot* da mudança do clima, em uma via de mão dupla: é gerador e receptor de gases do efeito estufa e, conseqüentemente, do aquecimento da superfície de seus territórios, cuja tendência é preocupante, pois poderá atingir pontos de não retorno que ameaçam gravemente a vida humana e os ecossistemas. A estes, soma-se o vazio de políticas públicas voltadas à defesa e promoção da sociobiodiversidade nos Cerrados. Note-se que esse vazio é evidente nas políticas públicas de saúde, especialmente para os grupos em situação de vulnerabilidade.

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
guilherme.netto@fiocruz.br

²Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói (RJ), Brasil.

³Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

⁴Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Recife (PE), Brasil.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ao constatar a necessidade de ir além das ‘zonas de conforto’ alcançadas com a expansão e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional, compreende a necessidade de sua atuação nos territórios considerados mais vulnerabilizados. Nesse sentido, emerge a iniciativa Prospecção Fiocruz Cerrados, enquanto um espaço interativo de articulação e colaboração da Fiocruz com a sociedade, os poderes públicos, os setores produtivos, entre outros, visando desenvolver ações para realizar diagnósticos, estabelecer parcerias e identificar soluções em defesa e promoção de sua sociobiodiversidade. Isso inaugura um novo olhar-ação sobre os territórios desse bioma que, nas últimas décadas, tem sido objeto de profundas transformações em suas dinâmicas, pondo sob ameaça o sistema vital dessa vasta e complexa extensão territorial do Brasil.

Fruto de parceria com a revista ‘Saúde em Debate’, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), o presente número temático ‘O olhar da saúde coletiva e do SUS nos territórios do Cerrado’ tem como objetivo sistematizar e disseminar o conhecimento oriundo da saúde coletiva e do SUS para a defesa e promoção da sociobiodiversidade dos territórios do Cerrado.

Pioneira na saúde coletiva, a obra foi financiada pela Fiocruz, por meio da iniciativa Prospecção Fiocruz Cerrados, e é resultado de um conjunto de esforços coletivos para reunir autores da academia e dos movimentos sociais com o objetivo de produzir conhecimento relevante no âmbito do recorte territorial do Cerrado.

O resultado desse processo interativo e colaborativo está consubstanciado em 23 artigos, sendo 10 artigos originais, 5 ensaios, 3 revisões, 2 artigos de opinião e 3 relatos de experiência. Os 99 autores nos apresentam um múltiplo espectro de conceitos, análises, métodos e evidências que, em sua essência, constituem relevantes contribuições à saúde

coletiva, tendo como referência o pensamento da determinação social da saúde.

À guisa de auxiliar a interpretação analítica do conjunto dos artigos, adotou-se como referência a matriz de causa-efeito de saúde e ambiente, de forma adaptada e simplificada.

Os artigos revelam que o conflito entre o modelo agroexportador globalizado e as práticas baseadas na sociobiodiversidade, observados nos territórios do Cerrado, constitui a base das forças motrizes que desencadeiam a determinação socioambiental da saúde. Esse embate manifesta-se em um amplo espectro, moldando as pressões ambientais e os riscos sanitários nas regiões afetadas. Essa dinâmica é evidenciada, por exemplo, em estudos que conectam a expansão do agronegócio no Cerrado e na Amazônia à emergência de novos patógenos, como os recém-descobertos arenavírus. Da mesma forma, essa realidade é corroborada pelas análises sobre o ecocídio na comunidade quilombola de Cocalinho, no Maranhão, e pelas investigações sobre as implicações ambientais e de saúde na trajetória econômica do bioma. No outro extremo, apreendemos a relevância dos valores nutricionais e terapêuticos de plantas típicas do Cerrado, o valor da autoatenção de raizeiros e raizeiras da Chapada do Araripe como resistência ao neoextrativismo e ainda sobre os processos protetores e destrutivos da soberania e segurança alimentar e nutricional na Terra Indígena Tircatinga, Sapezal, em Mato Grosso.

No *continuum* círculo da determinação socioambiental da saúde, no que se refere aos estados de afetamentos, contaminações ambientais, vulnerabilidades territoriais e exposições humanas, são incontestes as evidências do estudo sobre a intensificação da contaminação por agrotóxicos em comunidades de diversos estados do Cerrado, intensificada devido ao modelo de produção do agronegócio no comprometimento da saúde humana e do ambiente.

O estudo sobre os custos das internações hospitalares no SUS associadas às doenças cardiorrespiratórias causadas pela exposição ao material particulado fino (PM_{2,5}) proveniente da queima de biomassa na Amazônia Legal e no Cerrado setentrional, assim como o artigo de opinião que alerta sobre o risco de transmissão da febre maculosa brasileira decorrente dos intensos e extensos processos de degradação do Cerrado, revelam as implicações na saúde humana.

Dignos de nota são os artigos que abordam múltiplas soluções desenvolvidas nas interfaces entre os domínios do poder público e o conhecimento e as práticas dos povos e das comunidades dos territórios do Cerrado, a saber: o favorecimento da formação de profissionais sensíveis às diferenças, aos territórios e às disputas ético-políticas que atravessam a produção do cuidado e das políticas públicas; o conhecimento popular sobre uso de plantas medicinais no território de uma Unidade Básica de Saúde em um município do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; o itinerário terapêutico de quilombolas e de assentados rurais no Cerrado goiano; a tese de que a vigilância do desenvolvimento (enquanto mais um atributo da Política Nacional de Vigilância em Saúde) precisa estar incorporada nos territórios onde os processos produtivos econômicos predominam, acompanhando os malefícios na saúde ambiental que repercutem na saúde humana, buscando modificar e estimular outras formas de produção que sejam saudáveis e sustentáveis, em uma perspectiva popular e de protagonismo dos sujeitos do território; o ensaio sobre a importância da interseccionalidade e da inteligência coletiva para a promoção da saúde no contexto territorial; o papel essencial que desempenham as/os raizeiras/os como guardiãs/ões de saberes ancestrais e na interseção entre conhecimentos populares e científicos; a relevância do envolvimento de crianças e adolescentes no conhecimento da riqueza natural e cultural do Cerrado, por meio de atividades lúdicas, visando desenvolver práticas

cada vez mais dialógicas, pautadas pela escuta e a participação do público; e o debate sobre como metodologias de pesquisa sensíveis e colaborativas contribuem para a produção compartilhada do conhecimento, para o fortalecimento territorial e para a compreensão crítica do ecocídio no bioma.

Na dimensão da ação do Estado e das políticas públicas, destacam-se a insuficiência e a inércia das políticas públicas federais relacionadas à proteção do Cerrado, em particular quanto aos aspectos associados à saúde humana e à sociobiodiversidade; em contrapartida, ressalta-se a atuação da sociedade civil organizada, com enfoque em suas contribuições para a conservação da sociobiodiversidade e para o fortalecimento das comunidades tradicionais do bioma.

O mapeamento da produção acadêmica sobre a sociobiodiversidade do Cerrado e sua relação com o ambiente e a saúde identificam tendências e lacunas de pesquisa, evidenciando que a maior parte da produção científica se concentra nas temáticas de dinâmicas ecológicas e impactos do agronegócio, sendo a dimensão da saúde marginalmente abordada, especialmente a saúde dos povos tradicionais.

Acredita-se, portanto, que esta obra cumpre o papel de revelar uma lacuna crítica de conhecimento sobre o Cerrado, em especial sobre a articulação entre sociobiodiversidade e saúde, o que demanda urgência na formulação de políticas públicas que promovam a proteção e a valorização cultural do bioma. É imperativo ressignificar o efetivo direito à saúde e ao acesso ao SUS, conforme demonstra o estudo que analisa os *Iny Karajá*, etnia do Cerrado goiano, ao apontar os obstáculos estruturais e territoriais que comprometem a efetivação de políticas públicas equitativas.

Alinhado à Agenda 2030 (particularmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-Estar) e à concepção de saúde da Constituição de 1988, entendida como direito universal e bem comum, este número especial apresenta o

magnífico potencial dos múltiplos territórios do Cerrado e da diversidade interativa entre seus povos, comunidades e ecossistemas – a essência da sociobiodiversidade dos Cerrados.

Espera-se que, nesta obra, o leitor encontre argumentos e evidências acerca da contribuição de uma abordagem sistêmica entre saúde e ambiente nas políticas públicas orientadas à transformação emancipatória e sustentável do Cerrado.

Agradecemos o apoio da Fiocruz no financiamento da iniciativa Prospecção Fiocruz Cerrados,

que permitiu o desenvolvimento do projeto e a elaboração deste número especial.

Contribuições de autoria

Franco Netto GF (0000-0002-8861-8897)*, Lobato LVC (0000-0002-2646-9523)*, Vinha VG (0000-0001-6217-2471)* e Gurgel AM (0000-0002-5981-3597)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

Referência

1. Bustamante M. Mercedes Bustamante. Entrevista-dor: Franco Netto G. In: Franco Netto G, organizador. Encruzilhada no Cerrado: diálogos sobre sustentabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; 2025 [acesso em 2026 maio 8]. p. 139-47. Disponível em: https://fiocruz.br/sites/fiocruz.br/files/documentos_2/ENCRUZILHADA%20NO%20CERRADO%20DI%C3%81LOGOS%20SOBRE%20SUSTENTABILIDADE_20260309_132210_0000.pdf

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).